

Magalhães defende modelo de comunicações

O ministro diverge da reserva de mercado e diz que o tema não é matéria para a Constituição

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, em palestra seguida de debates na oitava comissão temática da Constituinte, que trata de tecnologia e comunicação, defendeu ontem que a nova Constituição mantenha o atual modelo brasileiro de telecomunicações, com ênfase no monopólio postal pela ECT, na manutenção do sistema Telebrás e na participação do Legislativo e do Judiciário na concessão de canais de rádio e de TV, desde que o poder de conceder e de renovar permaneça com o Executivo.

Na exposição e nos debates, que duraram quase cinco horas envolvendo 17 parlamentares, o ministro elogiou o substitutivo que a comissão está examinando, na parte de comunicação, dizendo que a sua única divergência é com a reserva de mercado. Segundo Antônio Carlos Magalhães, isto não seria matéria para a Constituição mas para a lei ordinária "por ser assunto transitório, com inconvenientes políticos".

O ministro apresentou um resumo do progresso das telecomunicações no País e o programa do Governo no setor até 1991, reclamando melhores tarifas dos serviços públicos para permitir recursos necessários à expansão. E defendeu-se de críticas de deputados de favorcimento à Nec do Brasil, à Rede Globo e de concessão de canais a correligionários políticos.

TELECOMUNICAÇÕES

Tanto na sua exposição quanto nas respostas aos constituintes durante os debates, o ministro Antônio Carlos Magalhães apresentou numerosos dados sobre moral ou de prejuízo da cultura regional, que não tem espaço para se apresentar nos programas.

O ministro disse concordar com críticas, de modo geral, especialmente às emissoras da rede de TV Educativa. Quanto à censura, disse que é assunto do Ministério da Justiça, mas concordou em que poderia ser estudada a criação de um Conselho de Ética para assessorar o setor da radiodifusão. Mas negou haver monopólio da televisão brasileira por um grupo privado, afirmando que uma rede se sobrepõe a outra pelo critério da qualidade "e a competição deve ser da qualidade entre as emissoras, tanto de rádio quanto de TV".

Em resposta aos líderes do PDT, Brandão Monteiro e Lysiane Maciel, o ministro das Comunicações disse que o governo Sarney baixou decreto modificando critérios de concessão de canais de rádio e de TV. Informou ainda que em 1985 o governo concedeu 135 canais de radiodifusão, sendo 14 de TVs; no ano passado, 156, sendo 14 de TV; e este ano, até agora, 63 canais, sendo quatro de TV. Ele disse que esse número "ainda é pequeno, pois o Brasil precisa de mais e de melhores emissoras".

O ministro também esclareceu aos deputados do PDT que não se pretende vender ações da Embratel, mas que há uma sugestão da área da Fazenda

para se vender ações da Telebrás, mas que seu ministério não é favorável.

DEBATES

O relator da comissão, deputado Artur da Távola (PMDB-RJ) foi o primeiro dos deputados que interpelaram o ministro das Comunicações na fase dos debates, o desenvolvimento das telecomunicações no País, a partir do Código Nacional, votado em 1962. Segundo o ministro, o modelo criado há duas décadas, pela lei 4.117, tanto na estrutura legal quanto no aspecto financeiro "permitiu um grande progresso ao Brasil, talvez o maior do mundo, pois saltamos de um milhão e 160 mil telefones em 1962 para 12 milhões e 150 mil no ano passado, devendo serem instalados mais quatro milhões até 1991. Em aparelhos de telex, passamos de 4.660, em 1973, para 88.400, no ano passado".

O ministro informou que o parque industrial brasileiro, hoje com cerca de 150 empresas, vai investir um bilhão e meio de cruzados este ano em toda a sorte de equipamentos de telecomunicações, inclusive sofisticadas centrais digitais. O índice de nacionalização médio é de 95 por cento e essa indústria não só atende à demanda interna mas até exporta para outros países. Destacou também o progresso das comunicações por satélites e pelos novos cabos submarinos com a Europa e EUA.

Segundo o ministro, os investimentos agora são para mais telefones públicos nos grandes centros urbanos e de telefonia na zona rural e nas vilas e pequenos lugarejos do interior do País.

RADIODIFUSÃO

Grande parte das preocupações dos constituintes centralizou-se na questão de concessão de canais de radiodifusão e na necessidade de mudanças tanto no sistema atual quanto na programação das emissoras. Diversos constituintes reclamaram do nível de programas de TV, sob o aspecto. Em resposta, o ministro disse que vai levar ao Governo o apelo do constituinte para que não seja dada nenhuma nova concessão de canal de rádio e de TV enquanto se processam os trabalhos da Constituinte. afirmou, também, que considera correto o prazo atual de 15 anos para essas concessões, pois no mundo não há uniformidade. Um país dá apenas um ano, o outro vinte.

Antônio Carlos Magalhães defendeu, com veemência, a manutenção do monopólio estatal postal, pela ECT, dizendo que empresas estrangeiras desejam quebrar o monopólio pelo "filé mignon" do serviço, que é o transporte de malotes. O ministro considerou bom o substitutivo que a comissão está examinando no setor das comunicações e disse discordar apenas da fixação, na nova Constituição, da reserva de mercado.

— Reserva de mercado — disse o ministro — é assunto para

lei ordinária, pois é questão temporária. Um país não pode estabelecer constitucionalmente reservas de mercado para tudo, pois não haverá país com o qual comerciar. E privilégio cartorial que considero inconveniente.

Os debates envolveram, além do relator, mais os deputados Eraldo Tinoco (PFL-BA), Joaci Goes (PMDB-BA), Mendes Ribeiro (PMDB-RS), Antônio de Jesus (PMDB-GO), Fausto Rocha (PFL-SP), Ervin Bonkosky (PMDB-PR), Aroide de Oliveira (PFL-RJ), Paulo Marques (PFL-PE), Erandão Monteiro (PMDB-RJ), Olívio Dutra (PT-RS), Lysiane Maciel (PDT-RJ).

Houve um incidente com o ministro e o deputado Joaci Goes, provocando a intervenção do presidente da comissão, senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), o qual lembrou ao parlamentar baiano a obrigação de acatar o regimento que proíbe expressões de agressão pessoal e também ao ministro, pelo "bate-boca" com o deputado, por cima do regulamento dos trabalhos daquela sessão da comissão.

Ao líder do PDT, Brandão Monteiro, o ministro deu explicações solicitadas pelo deputado sobre possível discriminação do ministério contra a Nec do Brasil e posterior favorecimento, quando o grupo Roberto Marinho assumiu parte das ações. O ministro negou as duas ações e disse que o Governo pagou todas as encomendas feitas à Nec anteriormente; só deixando de fazer novas encomendas quando o empresário Mário Garnero voltou à direção da empresa, "porque está sendo processado pelo Banco Central".

A Olívio Dutra, do PT gaúcho, que cobrou uma informação sobre a sorte dos demitidos da ECT na última greve, o ministro Antônio Carlos Magalhães informou que o Governo está estudando uma fórmula de ajuda que passa pela revisão da justa causa invocada para demissão, "pois a readmissão não será feita, por decisão conjunta do Governo e não do Ministério das Comunicações, isoladamente".

POR CONSENSO

Ao final dos longos debates, o relator Artur da Távola recordou que são 11 os temas diferentes que a comissão tem de tratar, incluindo educação, ciência, tecnologia, comunicação, menor, idoso, lazer e outros. E destacou que será preciso que PMDB e PFL não assumam posições de esquerda e de direita, de reacionários ou de radicais, "em benefício de uma contribuição efetiva e duradoura à nova Constituição brasileira".

Por sua vez, o presidente da comissão, Marcondes Gadelha, destacou a necessidade de se alcançar o consenso em questões importantes e decisivas. Nisso foi também apoiado pelo ministro das Comunicações, que já foi deputado federal pela UNB da Bahia.

— Não teremos Constituição rápida e democrática, a não ser por consenso, afirmou Antônio Carlos Magalhães.

EUGENIO NOVAES



Em debate com os constituintes, Antônio Carlos Magalhães fez um resumo do progresso no setor de telecomunicações

ABORTO

Você já tem opinião formada?

O QUE PENSAM OS POLÍTICOS

O resultado da enquete feita pelo CORREIO BRAZILIENSE mostra que o povo é contra o aborto. Somente os casos de estupro e da gestante correr risco de vida é que o aborto, segundo 90 por cento dos entrevistados, deve ser feito, segundo a opinião popular.

Os entrevistados — que em sua maioria estavam nas proximidades do Conjunto Nacional, na tarde de ontem — afirmaram ainda que o aborto é crime e quem o pratica deve ser punido. A maioria acha que existem muitos meios para a mulher evitar gravidez, mas após a concepção ser um fato consumado, o feto não deve ser exterminado. "Todos têm direito à vida", foi a frase mais repetida pelos brasilienses.

Os constituintes também foram ouvidos na enquete e a maioria deles se posicionou contra o aborto, com as mesmas ressalvas do povo: estupro e risco de vida para a gestante. Uma hipótese levantada pelos parlamentares que também justifica o aborto e quando se constata que o feto apresenta defeitos físicos incorrigíveis. A maioria dos constituintes emitiram opinião que pode ser resumida na afirmação de "que a mulher é responsável pelo filho durante a vida intra-uterina e cabe a ela defender esta vida".

Mulher classe média apóia

A mulher atual aceita que todos os filhos, mesmos os havidos fora do casamento, são legítimos, tendo os mesmos direitos à herança, acha que a liberdade de aborto deve ser total e acredita que as creches devem beneficiar também os filhos dos pais que trabalham na empresa, mesmo que a mulher não trabalhe fora. Esses resultados foram apurados por uma pesquisa realizada durante três meses pela revista Nova, da Editora Abril, entre 3 mil 245 mulheres, que deram destaque também a um ponto especial nas relações afetivas: 74,9 por cento delas acham muito importante estabelecer em lei o direito de que o amante ou o amante de uma pessoa casada, após cinco anos de relacionamento extraconjugal, possa requerer o divórcio do companheiro ou companheira, pondo fim à vida dupla. Uma forma de colocar o homem contra a parede, assinalaram as entrevistadas.

A pesquisa foi feita através da publicação de três questionários em números seguidos da revista, a partir de março deste ano. Um total de 3.245 leitoras remeteram as respostas, vindas de todos os 23 estados e dos territórios. As mulheres do Rio e São Paulo foram as mais presentes, com 32,4 por cento e 12,1 por cento, respectivamente, seguidas das mulheres mineiras (8,5 por cento) e das gaúchas (7,3 por cento). A maior concentração de respostas está na faixa etária dos 30 aos 39 anos de idade e entre os 25 a 29 anos. Em relação à faixa salarial, o maior grupo — 42,3 por cento — tem uma renda de até 10 salários mínimos, e 49,9 por cento trabalham fora. E quanto ao grau de instrução, 60 por cento das respostas vieram de mulheres com nível superior completo ou estudante universitária. A ideia-mãe da investigação foi sintetizar a mulher com a Constituinte.

Os indicadores revelaram que as mulheres sabem o que é uma Constituinte e demonstraram interesse não apenas pela eleição dos seus membros mas também pela elaboração das leis que irão reger o País. Elas querem igualdade perante a lei, a punição rigorosa para a discriminação por sexo, estado civil e por origem de filiação.



Deputada Lúcia Vânia Abrão Costa (PMDB-GO)

"A questão do aborto envolve matizes de ordem econômica, social e cultural. A questão do aborto está sob a influência das mutações porque passam esses matizes. Pessoalmente, eu sou contra a prática do aborto: ele é a mutilação física e psíquica da mulher. Acredito que estariam evitando essa prática se assegurarmos à mulher alguns mecanismos que a leve a sentir que o aborto é abominável sob todos os aspectos. Acho que a questão do aborto não deve ser tratada no texto constitucional".



Deputado Costa Ferreira (PFL-MA)

"Sou frontalmente contra a liberação do aborto. A prática do aborto deve ser criminalizada. O assunto deve ser definido na Constituição. A lei ordinária complementar o texto constitucional. O aborto só deve haver no caso de estupro ou ainda no caso de uma gestante correr risco de vida conforme a legislação atual já prevê. Quanto ao aborto no caso de má formação do feto cabe à medicina responder o que deve ser feito. Se o feto apresenta alguma anomalia, mas sem ameaçar a vida da gestante, deve nascer".



Deputada Anna Maria Rattes (PMDB-RJ)

"Sou contra a liberação do aborto. Acho, no entanto, que a prática não deve ser criminalizada radicalmente. Acho que a lei deve ter caráter geral. Quando a lei não é feita para todos não deve existir. Hoje em dia só, a mulher de baixa renda é criminalizada pela prática do aborto. A mulher classe A pratica o aborto escancaradamente, nas melhores clínicas do País e com os melhores médicos. Acho, que este assunto não deve ser tratado na Constituição, apenas, na legislação ordinária."

O QUE PENSA O POVO



Gláucia Lisboa, 22 anos, reside em Taguatinga, é agente administrativo.

"Acho que abortar é uma coisa que depende da cabeça de cada um. Acho, também, que existem meios de se evitar a gravidez. E melhor evitar o bebê do que fazer um aborto. Dependendo do caso, acho que a prática do aborto deve ser criminalizada. Esse assunto, na minha opinião, não deveria ser tratado na Constituinte. Tem coisas mais importantes para a Constituinte fazer".



Cláudia Abreu Amorim, 17 anos, estudante, reside em Taguatinga.

"Sou contra o aborto. A sociedade brasileira não está preparada para a legalização do aborto. De qualquer maneira, acho que não há necessidade de se chegar ao ponto de uma radicalização e dizer "o aborto é crime". Este assunto deve ser discutido na Constituinte. De qualquer modo, é bom frisar que, no caso de estupro, sou a favor do aborto".



Dilza de Oliveira, 46 anos, funcionária pública, reside na Asa Sul.

"Sou contra o aborto e a legalização dele. É crime abortar. Desde o momento da concepção existe vida e esta não deve ser acabada. Ninguém decide sobre a vida de outra pessoa, e um feto é um novo ser humano; tem direito à vida. O assunto é importante e deve ser discutido na Constituinte. Sou a favor do aborto no caso do estupro e de a mãe estar correndo risco de vida".



José da Graça Araújo Ferreira, 35 anos, vigilante, reside no Gama Leste.

"Sou contra o aborto. Depois que a mulher engravidou tem que ter o filho. É crime abortar e crime dos piores. E tirar a vida de uma pessoa inocente. Este assunto deve ser discutido na Constituinte. Este assunto e a inflação estão em primeiro lugar".



José Orlando Santos, 43 anos, comerciante, reside em Aracaju.

"Sou contra o aborto. Se puder evitar o filho, melhor. Depois de feito, está feito e deve vir ao mundo. É crime abortar e este assunto deve ser discutido na Constituinte. Aborto, somente no caso de estupro e se a mãe correr risco de vida".



Maria de Jesus Freitas, 39 anos, cozinheira, reside no Gama.

"Sou contra o aborto. Não se deve tirar a vida humana. O aborto deve ser considerado crime. Ninguém pode tirar a vida de ninguém. A Constituinte deve definir este assunto. Acho que só deve ser feito aborto quando a mulher correr risco de vida, por estupro ou alguma coisa parecida".

Relator acha difícil um acordo

A manutenção da reserva de mercado nacional na área de informática, nos termos do que já foi aprovado na subcomissão, deverá ser objeto de muita polêmica na Comissão da Família, Menor, Idoso, Ciência, Tecnologia e Comunicação. Mas cabe, como dever, ao PFL e ao PMDB apoiar a tese, já que não existe a menor possibilidade de acordo e o assunto levará os partidos ao confronto.

A opinião é do relator da comissão, deputado Artur da Távola, (PMDB/RJ), para quem na área da informática a tendência será ampliar o desenvolvimento da tecnologia nacional e garantir recursos para as pesquisas. Ele adiantou ainda que manterá o Conselho de Comunicação, ao qual dará a atribuição de opinar sobre a concessão de emissoras de rádio e televisão, mas não quer estimular discórdias e, por isso, não detalhará o seu funcionamento, o que ficará para a legislação ordinária.

Artur da Távola está convencido de que a respeito desse

Concelho há o princípio geral de aprovação da sua existência, pois os membros da comissão apresentaram emendas nesse sentido, ou seja, que se crie uma instância mais ampla para decidir sobre as concessões, hoje centralizadas no Executivo. Mas o deputado quer sentir o clima antes de redigir o texto final do parecer, o que acha possível porque a primeira redação, que apresentará até segunda-feira, poderá sofrer emendas antes da votação.

Outro tema que o relator não percebe chance de acordo é sobre a questão nuclear. Na sua opinião, o que divide é a decisão a respeito da instalação das usinas, se deve ser apenas do Poder Executivo, deste com o Legislativo ou objeto de plebiscito. Uma questão controversa, sujeita a debates, anteviu.

Ele acha também que a definição do que é uma empresa nacional, envolve dificuldade, por-

rem, acredita que a polêmica do ponto de vista técnico será mais importante do que político. De qualquer modo, Távola adiantou que sentiu nas 1.047 emendas apresentadas à comissão uma tendência muito acentuada de fortalecer o Congresso e lhe garantir a participação direta e democrática em todos os assuntos nacionais.

Ele não crê, porém, que na área da ciência e tecnologia a briga seja realizada entre os estatizantes e privatizantes. Ao contrário, prevê que ocorra uma aliança entre a empresa nacional e o Estado contra aqueles que defendem uma abertura geral.

Apesar das posições conservadoras dos nove evangélicos que integram a comissão, o relator está certo de que, no tocante à censura, poderá manter a tendência de fazê-la apenas classificatória, por idade, sem provocar maiores reações entre os 63 constituintes que votarão seu parecer.

Comissão de Organização do Estado

O parecer de Richa está pronto

O senador José Richa (PMDB-PR), relator da Comissão de Organização do Estado, conseguiu ontem concluir seu parecer e anteprojeto a tempo de viajar, às 13 horas, para o Rio de Janeiro. Como previa, seu trabalho "concentrado" sobre as 557 emendas aos três anteprojeto das subcomissões dos Estados, da União, Distrito Federal e Territórios e dos Municípios e Regiões, resultou na antecipação da entrega do relatório. Hoje pela manhã os 63 membros da comissão receberam cópias do texto e amanhã e domingo serão encaminhadas as emendas ao substitutivo, de acordo com as alterações do Regimento Interno da Constituinte, deferidas pelo presiden-

te da Mesa, deputado Ulysses Guimarães.

"Um anteprojeto enxuto e sintético" foi só o que a assessoria do senador soube informar a respeito do texto. Ao viajar, José Richa entregou à sua equipe técnica a função de dar forma ao anteprojeto que, segundo ele próprio já afirmou, não deve conter mais que 30 artigos. Entre as disposições gerais não deve constar a criação dos novos estados, mas o governador Distrital para o DF está garantido. "Vamos aguardar, porque podem surgir muitas novidades por aí", afirmou na tarde de ontem o deputado Jofran Frejat (PFL-DF), dizendo desconhecer ainda o conteúdo do trabalho de José Richa.

O deputado Paulo Roberto (PMDB-PA), autor da proposta de criação do Estado de Tapajós, também disse que aguarda o relatório para tomar qualquer posição a respeito do parecer de José Richa. "O relator é livre para poder se manifestar", afirmou. Ao mesmo tempo, negou a existência de blocos de constituintes formados para derrubar o anteprojeto de José Richa, mas lembrou que ele e outros deputados, que também assinaram propostas de criação de novos Estados, estão atentos. A união de forças se manifestará, segundo o parlamentar parense, para tentar sensibilizar o plenário da comissão com vistas à aprovação das matérias que defendem.